



## A PESQUISA EDUCACIONAL BRASILEIRA: CONTEXTOS E (PRE)TEXTOS

Richéle Timm dos Passos da Silva<sup>1</sup>  
Egeslaine de Nez<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo do estudo consiste em compreender a pesquisa educacional e suas políticas indutoras como um processo histórico-social atravessado por significações políticas. No contexto atual, o Governo Brasileiro elabora um projeto de universidade que articula medidas que se estendem entre avanços e retrocessos, considerado por alguns teóricos como um verdadeiro “desmonte” das instituições e das agências de fomento da ciência. Tem-se, nas leis, o perfil desejado da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que até o momento não se concretizou totalmente. Em meio às brechas legislativas, organismos internacionais passam a interferir no modelo de produção do conhecimento na universidade indicando ações sobre a atividade da pesquisa: UNESCO, OECD, OMC–WTO e BM. Documentos oficiais desses órgãos identificam a educação como “gasto” público e a pesquisa como inviável para uso de incentivos fiscais. As políticas para financiamento da pesquisa em algumas áreas do conhecimento vêm se desgastando ao longo das últimas décadas. Leia-se, como situação exemplificadora os poucos recursos destinados às áreas das Humanidades. Em contrapartida, ênfase e recurso farto para as Tecnologias, Inovações e pesquisas relacionadas ao Agronegócio e Ciências Biomédicas. Contudo, é necessário repensar a Universidade e sua função de produção do conhecimento, num contexto de transformações na sociedade, sob os efeitos de uma nova forma do capital que repercute diretamente nesse processo.

**Palavras-chave:** Educação Superior. Pesquisa. Financiamento.

## THE BRAZILIAN EDUCATIONAL RESEARCH: CONTEXTS AND (PRE) TEXTS

**Abstract:** The purpose of the study is to understand educational research and its inductive policies as a social-historical process crossed by political meanings. In the current context, the Brazilian Government elaborates a university project that articulates measures that extend between advances and setbacks, considered by some theorists as a true "dismantling" of the institutions and agencies of science promotion. In the laws, the desired profile of the indissociability between teaching, research and extension has been achieved, which has not yet fully materialized. Amidst the legislative gaps, international organizations begin to interfere in the model of knowledge production at the university, indicating actions on research activity: UNESCO, OECD, WTO-WTO and WB. Official documents of these bodies identify education as public "spending" and research as unfeasible for the use of fiscal incentives. Policies for research funding in some areas of knowledge have been eroding over the last few decades. As an exemplifying situation, read the few resources destined to the areas of the Humanities. In contrast, emphasis and abundant resource for Technologies, Innovations and research related to Agribusiness and Biomedical Sciences. However, it is necessary to rethink the University

<sup>1</sup> Mestre em Educação. Docente da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Campus de Vilhena, Vilhena/RO.

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Docente da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Universitário do Araguaia (CUA), Barra do Garças/MT.



and its function of knowledge production, in a context of transformations in society, under the effects of a new form of capital that has a direct impact on this process.

**Keywords:** Higher Education. Search. Financing.

### *Contextos e pretextos*

Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar [...] E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence (BERTOLD BRECHT)

O mundo está em transição e transformação estrutural há pelo menos duas décadas. Esse é um processo multidimensional e está associado à emergência de um novo paradigma econômico e tecnológico<sup>1</sup>, baseado nas tecnologias de comunicação e de informação, que começa a tomar forma na década de sessenta e que se difundiram de forma desigual por todo o mundo. É o advento da sociedade em rede<sup>2</sup> (NEZ, 2014).

A universidade tem se deparado com desafios dessa sociedade organizada em redes: educar profissionais e produzir conhecimento com fins social/humanístico ou visando o lado mercadológico da globalização capitalista. Essa dicotomia é resultado das mudanças no campo econômico, científico, social, político e tecnológico.

As concepções dos modelos clássicos de universidade serviram para estruturá-la no mundo, incluindo o Brasil. Contudo, para Oliveira (2010, p. 5), o que ocorreram “foram reformas, no sentido de transformá-las em uma instituição que pudesse de fato exercer as funções que a sociedade lhe atribui” e não mudanças significativas no seu papel social.

Ao final do século XIX, eram as instituições que mais representavam o projeto de modernidade. Segundo Morosini (2006), congregou tanto a ideia de “instituição do conhecimento como também é a principal responsável pela formação da estrutura epistêmica do Estado nacional

<sup>1</sup> O paradigma econômico e tecnológico é entendido como um agrupamento de inovações técnicas, organizacionais e administrativas inter-relacionadas cujas vantagens podem ser descobertas não apenas em uma nova gama de produtos, mas, sobretudo, na dinâmica dos custos dos insumos para a produção (CASTELLS, 2001).

<sup>2</sup> Também é estudada por Lévy que se utiliza da tipologia “cibercultura” para sinalizar um espaço de interações propiciado pela realidade virtual, para explicar que as pessoas experienciam uma nova relação espaço-tempo. Para Simões (2009), muito embora a linha de análise de Castells e Lévy siga caminhos diferentes, há um aspecto que não pode ser desconsiderado na intersecção dos pensamentos: “não é possível mais ignorar o impacto dessas tecnologias à vida humana, muito menos à vida em sociedade” (p. 02).



moderno. O *ethos* da Universidade moderna é o conhecimento, que tem uma função consagrada na sociedade e ao mesmo tempo uma autonomia da sociedade” (p. 63).

Lombardi (2011) explicita que a universidade foi gerada sob impulso do desenvolvimento das ciências, do iluminismo e do enciclopedismo, porém, não seguiram um modelo único, estabelecendo diferenciadas relações entre ciência, Estado e desenvolvimento econômico. Dessas relações emergiram o modelo francês ou napoleônico e o alemão ou humboldtiano, que influenciaram significativamente a concepção e a estrutura da Educação Superior mundial.

No Brasil, o Governo Federal elabora seu projeto universitário articulando medidas entre avanços e retrocessos do regime democrático, levando em conta as influências e o contexto internacional. A Reforma de 1968 legislou sobre a organização departamental, estrutura de pesquisa-ensino-extensão e a pós-graduação. O que marcou a concepção deste período, no entanto, foi feita às pressas para oferecer uma resposta urgente aos movimentos sociais da época. Trouxe como base o perfil desejado: indissociabilidade, porém, não desconsiderando o modelo humboldtiano.

Na década de 80, os princípios de autonomia e o predomínio da pesquisa sobre as demais funções da Universidade foram se materializando. Inicia-se a consolidação de uma perspectiva de “Estado gerencialista”, proposta de Luis Carlos Bresser-Pereira que culmina no Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado em 1995. Costa (2008) expõe que essa reforma,

deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, para se tornar seu promotor e regulador. O Estado assume um papel menos executor ou prestador direto de serviços mantendo-se, entretanto, no papel de regulador e provedor destes. Nesta nova perspectiva, busca-se o fortalecimento das suas funções de regulação e de coordenação, particularmente no nível federal, e a progressiva descentralização vertical, para os níveis estadual e municipal, das funções executivas no campo da prestação de serviços sociais e de infra-estrutura (p. 863).

Em meio às brechas legislativas, desde e anterior a esta data, organismos internacionais passam a interferir direta ou indiretamente na educação de um modo geral e na universidade de modo particular. Entre esses órgãos destacam-se os seguintes: a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que iniciou sua atuação no Brasil em 1972, objetivando auxiliar a formulação e operacionalização de políticas públicas com atuação também com instâncias da sociedade civil; e, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), que se preocupa com questões de formação de mão-de-obra qualificada, emprego e desenvolvimento



voltada aos interesses dos países ricos. Entre outras funções, esses organismos auxiliam os governos nas questões econômicas, sociais e de gestão (MOROSINI, 2006).

Nesse ínterim, a Organização Mundial de Comércio (OMC) – World Trade Organization (WTO) que tem seus acordos discutidos, negociados e assinados pela maioria das nações envolvidas no comércio mundial, amplia sua parcela de participação na Educação Superior; e o Banco Mundial (BM), recomenda uma concepção de universidade mundial, para todas as instituições de países subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento. O documento *La Enseñanza* de 1995 desvela a educação como “gasto” do Estado e a pesquisa como inviável de receber incentivos estatais (MOROSINI, 2006).

A criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), em 1938 e, a composição do Centro Brasileiro e dos Centros Regionais de Pesquisa (1956) acentou a implantação dos cursos de pós-graduação, que compôs a fase de instauração da atividade de produção de conhecimento que se inicia efetivamente a partir da década de 50.

Outros dados relevantes para se compreender o avanço, financiamento e organização da pesquisa brasileira são: a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT); o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); a Fundação de Capacitação de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em consequência do avanço científico; e, por fim, em 1990, as Fundações de Amparo à Pesquisa Estaduais (FAPs) (MOROSINI, 2009).

As políticas de financiamento da pesquisa surgem nesse contexto discutindo políticas de Estado (com um caráter duradouro) e políticas de governo (que se alteram constantemente). Havia um intenso debate sobre a Pós-Graduação (*locus* predominantemente privilegiado de produção do conhecimento nas universidades) que estava em franca expansão e, era necessário adotar procedimentos de organização.

Todo esse processo, parte da internacionalização da Educação Superior que vem paulatinamente se desenvolvendo e, é fruto da reestruturação das universidades na exploração de alternativas de autofinanciamento, com a ampliação do mercado e comercialização de serviços; além disso, decorre do incremento tecnológico e do uso intensivo do conhecimento (NEZ, 2014).

É imprescindível enfatizar que vista pelo prisma dos países que pressionam a OMC para a desregulamentação do setor educacional, há uma tendência para promover a competição no ambiente



acadêmico. No caso brasileiro, o processo de internacionalização se iniciou timidamente, em resposta às prioridades governamentais. Segundo Lima e Contel (2011) concretizou-se, ao longo dos anos, em ações que aproximaram o governo e as universidades, objetivando ampliar as condições que favoreceriam o desenvolvimento de *expertise* para o desenvolvimento do país. Neste sentido,

Primeiramente, o processo de internacionalização foi direcionado para o fortalecimento institucional de universidades emergentes e, depois, foi encaminhado no sentido de fortalecer a pós-graduação *stricto sensu*. Apenas recentemente, em virtude de necessidades impostas pelo conhecimento e respectiva aplicação no setor produtivo, de pressão exercida pela sociedade por acesso a educação superior, de expansão do sistema privado de educação superior frente às limitações dos investimentos públicos direcionados para o setor educacional, o processo de internacionalização ganhou novas motivações e múltiplos provedores (LIMA e CONTEL, 2011, p. 488).

É indispensável compreender que as manifestações atuais da internacionalização refletem caminhos e descaminhos engendrados pela globalização, sendo importante que a sociedade conheça a força exercida pela questão econômica, particularmente no processo de moldar, limitar e escolher as políticas e práticas educacionais. Nez (2014) enfatiza que entre os desafios da internacionalização, devem-se considerar os efeitos que podem advir da determinação da Educação Superior como serviço comercial regulamentado pela OMC.

Para Laus e Morosini (2005), a pesquisa evidentemente está no coração do processo de internacionalização da Educação Superior e se desenvolve na mobilidade estabelecida pela Pós-Graduação. Há um incentivo na construção de uma política de financiamento da pesquisa internacional, pois seria um instrumento-chave para a cooperação.

Com reflexos dos marcos regulatórios das leis, a reforma universitária encaminhada pelo projeto de lei nº. 7.200/2006, no Governo Lula atende as seguintes proposições articuladas ao movimento internacional: modelo de financiamento; regulação da transnacionalização das universidades privadas; princípio da responsabilidade social; regulação das fundações; e por fim, avaliação e acreditação das instituições com ênfase na qualidade (FRANCO e MOROSINI, 2010).

Sguissardi (2006) comenta que à medida que avançam as reformas em diferentes países, as universidades tendem a se assemelhar entre si, porque são cada vez mais subsumidas pela economia e pela competitividade econômica do mercado. Essas são também as características predominantes do modelo brasileiro, que consecutivamente norteiam o financiamento da pesquisa.

Esse é um movimento nacional que se observa noutros países, para Litwin (2009) quem recebe uma maior cota de investimento, atinge uma taxa de crescimento que supera as demais e a pesquisa



é fundamental na determinação do prestígio e porte das universidades. Altbach (2004) constata que a pesquisa passou a ser o valor central das universidades, “[...] Premiações e prestígio institucional para membros do corpo docente são outorgados principalmente com base em produtividade de pesquisa” (p. 31).

Na perspectiva de Dias Sobrinho (2010) é o conhecimento que passa a ser visto como moeda, como novo capital, dentro da perspectiva de sociedade do conhecimento e vem acompanhado da dificuldade dos professores das áreas de Ciências Humanas/Educação de conseguirem financiamento para suas pesquisas o qual pode ser entendido pela perspectiva de economia do conhecimento que dita as áreas do saber que devem ser incentivadas.

Neste sentido, Machado e Bianchetti (2011) acrescentam que as pesquisas viraram ao longo dos anos reféns do capital e os pesquisadores, trabalhadores explorados por essa nova ordem de produção. Chauí (2003) e Machado e Bianchetti (2011) preocupam-se com o produtivismo que estrangula as atividades docentes.

Relembra-se, que o atual sistema de ciência e tecnologia brasileiro foi criado a partir das décadas de 60 e 70, juntamente com várias agências de fomento no âmbito estadual e federal. Dias (1998) esclarece ainda que o financiamento da pesquisa até 1992 era oriundo apenas do recurso federal e de alguns governos estaduais. Em 1993, são computados os financiamentos providos de empresas estatais e privadas.

Pesquisas com fim social-humanístico da área de Ciências Humanas e Sociais enfrentam a difícil luta do financiamento para se realizarem neste atual contexto mercantil do qual fazemos parte (SILVA, 2013). Isto se verifica, conforme Santos (2008), ao expressar que a

perda de prioridade na Universidade pública nas políticas públicas do Estado foi, antes de mais, o resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido por neoliberalismo ou globalização neoliberal que, a partir da década de 1980, se impôs internacionalmente (p. 18).

Atualmente, o financiamento no Brasil se dá por meio de diferentes sistemas e instituições de fomento. Os recursos institucionais são provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Algumas universidades públicas possuem suas próprias agências e fundos, que são geridos com o propósito de apoiar suas ações. É nítido, todavia, um incentivo na distribuição de recursos internacionais, por meios de suas agências, para a execução das pesquisas



em solo brasileiro, e isso seria um instrumento-chave para a cooperação e internacionalização do conhecimento.

Nesse contexto, se associa a responsabilidade acadêmica e política à produção da ciência e da tecnologia. Isso também significa dizer que mercadorização da pesquisa vem aumentando. Para Baumgarten (2007) a crescente ênfase na privatização do conhecimento, através das patentes, resulta da disseminação internacional de modelos que se desenvolveram nos Estados Unidos, associados à legislação que incentivou a intervenção direta nas universidades, através da propriedade industrial. Um discurso privatista passou a interpor-se nas instituições de pesquisa e infiltrou-se no discurso da academia.

Nesse contexto, dominado pelo produtivismo e pressionado pelas avaliações da CAPES ao longo das décadas, a noção de mercadoria vem penetrando cada vez mais na própria concepção das produções intelectuais (NEZ, 2014). Slaughter e Leslie (1997) consideram que se gera uma espécie de capitalismo, onde os pesquisadores captam recursos para a pesquisa, os quais procuram visibilidade nacional e internacional, são empreendedores de sua produção intelectual.

Necessariamente, o financiamento da pesquisa está regulado por uma lógica no âmbito interno (de poder e de autoridade) e no externo (do mercado do conhecimento e dos interesses do Estado). Não obstante, tem relevância nesse estudo refletir a tendência de “des”estruturação das agências de financiamento brasileiras (CAPES, CNPq e FAPs) e uma “re”organização de fontes reguladoras do uso do recurso público para a execução da pesquisa com fundo privado internacional.

Para exemplificar essa situação de distribuição de recursos de instituições não nacionais, destaca-se a Fundação Ford (organização privada, sem fins lucrativos), criada nos Estados Unidos, em 1936. Tem como finalidade o apoio a instituições inovadoras em todo o mundo, comprometidas com a consolidação da redução da pobreza e com o desenvolvimento humano (FUNDAÇÃO FORD, 2018).

Desde a sua criação, investiu em doações e empréstimos para auxiliar a produção e divulgação do conhecimento. Em 2001, iniciou um fundo que mantinha o Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação vinculada ao Instituto de Educação Internacional (Institute of International Education – IIE). A Fundação Carlos Chagas foi a instituição responsável pela coordenação, no Brasil, desse programa que distribuía em média 40 bolsas anuais, que foi implementado em 22 países da África, América Latina, Ásia, Oriente Médio e na Rússia (FUNDAÇÃO FORD, 2018).



Outra situação que delinea esse processo de mercadorização da pesquisa é a Fulbright, estabelecida em 1946, com objetivo de ampliar entendimento entre países com os Estados Unidos, já concedeu cerca de 223.000 bolsas de estudo, pesquisa e docência, abrangendo aproximadamente 150 países. Entre muitas áreas, prioriza as Ciências Humanas e Sociais. O programa professor/pesquisador visitante Capes– Fulbright concede bolsas para professores e pesquisadores brasileiros, das diversas áreas do conhecimento, para ministrar aulas, realizar pesquisas ou desenvolver atividades de orientação técnica e científica em instituições de ensino superior nos EUA (FULBRIGHT, 2018).

Laus e Morosini (2005) destacam que o acordo CAPES/Cofecub, de cooperação universitária entre Brasil e França, assinado em 1982, tem como objetivo criar um sistema de cooperação e de intercâmbio, estimulando a elaboração de pesquisas coletivas, a formação e o aperfeiçoamento de professores-pesquisadores. As principais modalidades foram: a preparação de doutores pós-doutores, a troca de informações científicas, de documentações especializadas e de publicações.

Existem ainda outras instituições/organizações, tais como Fundação Carolina, Santander, Laureate Education, entre muitas. Essas evidências sinalizaram o avanço do financiamento da pesquisa por agências diversificadas, mesmo que a proposta de ajuda financeira auxilie na produção de conhecimento. Ainda assim, e, com todos os desafios postos, o Brasil está em 13º lugar em produção científica mundial (entre 2012 a 2016).

É viável reforçar ainda, que algumas áreas do conhecimento, as relacionadas com as áreas de exatas, tecnologias, engenharias, entre outras, recebem mais financiamentos do que as áreas humanas e sociais, incluindo proventos provenientes dos setores privados dentre esses citados anteriormente. Essas bases de financiamento podem incidir em outra problemática: a pesquisa que pode ser tendenciosa ou induzida pelos editais de financiamento dos órgãos privados e empresas (SILVA e SILVA, 2018).

O próprio governo federal brasileiro tem de valorizar diferentemente as diferentes áreas do conhecimento com incentivos a financiamentos de pesquisa, de produção de conhecimento; basta verificar as áreas do conhecimento que o Programa Ciências Sem Fronteiras (BRASIL, 2012) incentiva e visualizar a tendência do atual mundo hipermoderno de hierarquizar o saber. Considera-se que essa política de formação e produção dos pesquisadores tende a sinalizar algumas áreas como prioritárias em virtude de demandas da globalização econômica. (SILVA e SILVA, 2018).





É notório que em alguns momentos as universidades viveram tensões entre a necessidade de autonomia e o controle exercido por esse e outros tipos de instrumento de financiamento ou por grupos ligados a estruturas nacionais ou internacionais, no que toca especificamente à pesquisa. Observa-se que essa conjuntura acontece porque a universidade brasileira absorve e exprime as ideias e práticas neoliberais dominantes, sendo que algumas organizações acabam influenciando o espaço acadêmico da pesquisa. Chauí (2001) indica que,

[...] a aceitação do critério de distribuição dos recursos públicos para pesquisa a partir da ideia de “linhas de pesquisa”, critério que faz sentido para as áreas que operam com grandes laboratórios e com grandes equipes de pesquisadores, [...] não faz nenhum sentido nas áreas de humanidades e nos campos de pesquisa teórica fundamental (p. 35 – grifo da autora).

Chauí (2001) ainda provoca reflexões quando comenta sobre a “aceitação acrítica da privatização da pesquisa (p. 01)”, destaca também que o seu financiamento externo traz perda de autonomia da universidade quanto à definição de suas prioridades, contribuindo para o desprestígio crescente de financiamento de algumas áreas. Em muitos casos, para Fávero (1980), o suporte institucional do desenvolvimento da pesquisa tem sido solapado; quando, ao contrário, deveriam funcionar como um mecanismo que levasse à sua maior autonomia.

Diante disso, há que se admitir as mudanças recentes do cenário sócio-político brasileiro, no campo da produção da pesquisa nas universidades, no desmonte das universidades públicas por meio do seu financiamento de custeio e no agravamento do processo de intensificação e precarização do trabalho docente enfatizando-se aqui a produção do pesquisador.

### ***Considerações finais***

Logo, nessa proposição de síntese histórica e analítica das questões ligadas a pesquisa e a produção do conhecimento, é importante evidenciar que o Brasil precisa discutir seu projeto de universidade. Os tempos contemporâneos transformaram-nas em instituições diferenciadas, dotadas de funções, objetivos e recursos bem definidos e modelos com lógicas de funcionamento localizadas. A questão que se coloca é como responder aos desafios, sem se subordinar aos paradigmas estabelecidos e como construir uma proposta alternativa.

Lombardi (2011) considera que se trata de uma concepção subjugada ao capitalismo, onde a universidade é homóloga ao mercado, uma empresa prestadora de serviços adaptada à sociedade e ao acadêmico (convertido em cliente e consumidor). Isso demanda comentar que os modelos



universitários, como produtos históricos, refletem menos as aspirações dos projetos originais de seus criadores e mais as relações com a sociedade onde foram enxertados e as vicissitudes provocadas pelos acontecimentos históricos.

Levando-se em conta a acelerada evolução do cenário tecnológico global, o Brasil deve dotar-se de programas de fomento. Para isso, é necessário um compromisso no sentido de construir oportunidades de valorização da pesquisa. Leite (2006) assinala que algumas universidades tiveram uma postura agressiva sobre o mercado do conhecimento, observaram-se parcerias entre docentes e acadêmicos para formação de incubadoras empresariais, registros de patentes, venda de produtos, parques tecnológicos, escritórios de negócios, elementos que contribuíram na mercadorização da pesquisa.

A produção do conhecimento passa a ser um espaço de poder dominante na sociedade, que tensiona a privatização da pesquisa. Um exemplo de políticas públicas que se alinham a essa perspectiva é o programa ciência sem fronteiras, que promove expansão e internacionalização da ciência, da tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira, por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional, além da especificidade da formação do pesquisador. Essa ideia implica o empresariamento da atividade científica.

Percebe-se esse complexo cenário de avanços e retrocessos que estamos vivenciando a partir dessas considerações históricas-sociais e, portanto, há que se propor a reflexão sobre a possibilidade de construirmos uma universidade contra-hegemônica, que produza conhecimento para além do mercado preocupando-nos em criticar esse contexto amplo de sociedade, de Universidade e função da pesquisa.

### **Referências**

ALTBACH, P. G. Globalization and the university: myths and realities in an unequal world. **Tertiary education and management**. Kluwer Academic Publishers, 10, 2004. p. 03-25.

BAUMGARTEN, M. Geopolítica do conhecimento e da informação: semiperiferia e estratégias de desenvolvimento. **Liinc em revista**. V. 3, n.1, mar. 2007.

BIANCHETTI, L. Os dilemas do coordenador de programa de pós-graduação: entre o burocrático-administrativo e o acadêmico pedagógico. BIANCHETTI, L; SGUISSARDI, V. (orgs.). **Dilemas da pós-graduação: gestão e avaliação**. Campinas: Autores Associados, 2009.



BRASIL, Programa Ciências Sem Fronteiras. Disponível em:  
<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf> acesso em: 6 mar. 2019.

CASTELLS, M. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. V. 1. Trad. Roneide Venâncio Majer e Klauss Brandini Gerhardt. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação**. n. 24. set./dez. 2003.

\_\_\_\_\_. **Escritos sobre universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

COSTA, F. L. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro. set./out. 2008.

DIAS, L. C. Ações do ministério da ciência e tecnologia. PALATNIK, M. *et all.* (orgs.). **Pós-graduação no Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado**: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

FÁVERO, M. L. **Universidade e Poder**- Análise Crítica, Fundamentos Históricos: 1930-1945. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FRANCO, M. E. D. P.; MOROSINI, M. C. Cenários da educação superior e desafios para o ensino aprendizagem. **Anais do XV ENDIPE Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino: Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 12–23.

FULBRIGHT. Disponível em: <https://fulbright.org.br/>. Acesso em: 10 maio 2019.

FUNDAÇÃO FORD. **Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social**. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down252.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

GOERGEN, P. A pesquisa educacional no Brasil: dificuldades, avanços e perspectivas. **Em Aberto**. Brasília: INEP, a. 5, n. 31, jul./set. 1986.

LAUS, S. P.; MOROSINI, M. C. Internacionalização da educação superior no Brasil. WIT, H.; JARAMILLO, I. C.; GACEL-ÁVILA, J.; KNIGHT, J. (ed.). **Educação superior na América Latina**: a dimensão internacional. Banco Mundial: 2005.

LEITE, D. Brasil urgente! Procuram-se identidades da universidade. **Educación superior y sociedade**. v. 15, p. 91-106, 2006.

LIMA, M. C.; CONTEL, F. B. **Internacionalização da educação superior**: nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento. São Paulo: Alameda, 2011.



- LIPOVETSKY, G. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.
- LITWIN, J. M. A eficácia da estratégia na competição do financiamento da pesquisa no ensino superior. In: **A educação superior e de gestão: política, pesquisa e prática**. V. 15. n. 01. mar. 2009.
- LOMBARDI, J. C. Prefácio. ARAUJO, J. C. S. **A universidade iluminista (1798-1921): de Kant a Max Scheler**. V. 1. Brasília: Liber Livro, 2011.
- MACHADO, A. M. N.; BIANCHETTI, L. (Des) fetichização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador. **RAE**, São Paulo, v. 51, n. 3, maio/jun. 2011.
- MOROSINI, M. C. **Enciclopédia de pedagogia universitária: Glossário**. v. 2. Brasília: Inep/Mec, 2006.
- \_\_\_\_\_. A pós-graduação no Brasil: formação e desafios. **Revista argentina de educación superior**. RAES. a.1. n.1 nov. 2009.
- NEZ, E. **Em busca da consolidação da pesquisa e da pós-graduação numa universidade estadual: a construção de redes de pesquisa**. Tese de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.
- OLIVEIRA, R. C. Educação superior, concepções e função social da universidade. **V Encontro de pesquisa em educação de Alagoas**. Maceió: UFAL, 2010.
- SANTOS, B. de S. A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. SANTOS, S. B de ; ALMEIDA FILHO, N. de. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: S/E, 2008.
- SGUISSARDI, V. Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Educação e sociedade**. Campinas, v. 27, n. 96. out. 2006.
- SILVA, R. T. P. **Universidade e atividade da pesquisa: limites e possibilidades na potencialização da responsabilidade social e política**. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Rio Grand do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.
- SILVA, F. F., SILVA, R. T. P. O Produtivismo acadêmico em foco. **Anais do I Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e Educação: perspectivas contemporâneas**, 10 a 13 de setembro de 2014. – Criciúma, SC: UNESC, 2014. Disponível em:  
<http://periodicos.unesc.net/congressoeducacao/issue/view/98> Acesso em: 17 maio 2019.
- SIMÕES, I. A. G. Sociedade em rede e a cibercultura: dialogando com o pensamento de Manuel Castells e de Pierre Lévy na era das novas tecnologias de comunicação. **Revista Eletrônica Temática**. A. V, N. 5, maio 2009. p. 1-11.
- SLAUGHTER, S.; LESLIE, L. L. **Academic capitalism: politics, policies, and the entrepreneurial university**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.